

estudos e pesquisas

Nº 56 – abril de 2011

Estudo Setorial da Construção 2011

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Estudo Setorial da Construção - 2011

Introdução

O cenário nacional de 2010 foi marcado por crescimento econômico, com elevação de 7,5%, no PIB, o maior dos últimos 25 anos. Isso indica que o Brasil passou com certa tranquilidade pela instabilidade mundial, pós-crise financeira de 2009, sem mergulhar em recessão.

O objetivo deste estudo é analisar o desempenho do setor da Construção Civil ao longo do último ano e também traçar possíveis cenários para 2011, com vistas à negociação coletiva. Analisar o comportamento da ocupação, do emprego, dos rendimentos e do desempenho geral do setor pode ser útil para a elaboração das estratégias de negociação e preparação das campanhas salariais em 2011.

A conjuntura nacional

Dando continuidade ao processo de aquecimento, reiniciado no final de 2009, a economia brasileira apresentou em 2010 indicadores positivos ao longo do ano. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7,5%, confirmando as expectativas. Apesar de expressiva, é preciso considerar que a aceleração se deu sobre uma base (2009) em que a variação foi negativa em 0,6%. Em termos setoriais, a agropecuária cresceu 6,5%, a indústria, 10,1%, e os serviços, 5,4%. Em valores correntes, o PIB alcançou R\$ 3,675 trilhões (cerca de US\$ 2,2 trilhões). O PIB por habitante (per capita) registrou alta de 6,5% em relação a 2009, quando recuou 1,6%, situando-se em R\$ 19.016,00 (ou US\$ 11.386,82).

A taxa de investimento em 2010 foi de 18,4% do PIB, superior a do ano anterior, quando ficou em 16,9%. A taxa de poupança atingiu 16,5% do PIB diante dos 14,7% registrados em 2009, período com produção em baixa e desemprego em alta. A estimativa para 2011 é uma taxa de investimento de 21,8%.

Em 2010, a indústria cresceu 10,1%, na comparação com 2009. O maior crescimento foi registrado na indústria extrativa mineral (15,7%), depois na construção civil (11,6%) e na indústria de transformação (9,7%).

As vendas no comércio varejista em 2010 cresceram 10,9%. A receita nominal aumentou 14,5%, em comparação com 2009. Vale ressaltar que esse é o melhor resultado da série histórica desde 2001, quando o IBGE passou a realizar a Pesquisa Mensal do Comércio em nível nacional. Todas as unidades da Federação apresentaram resultados positivos no ano. Na análise setorial, os dados de volume e receita de vendas apontam crescimento nos 11 segmentos pesquisados pelo IBGE em 2010. Destacam-se equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (24,1% e 13,9%), móveis e eletrodomésticos (18,3% e 19,7%, respectivamente), veículos, motos, partes e peças (15,6% e 20,6%).

Cabe mencionar também o resultado do segmento supermercadista, atividade de maior peso no comércio, que, em 2010, cresceu 8,1% em volume de vendas e 13,1% em receita nominal. O vigoroso resultado do comércio foi reflexo do aumento da renda e da expansão de crédito. Em 2010, as variáveis econômicas que influenciaram o consumo tiveram importante contribuição no desempenho nacional do setor. A massa de rendimentos dos ocupados nos mercados metropolitanos cresceu 8,4% e o volume de crédito aumentou, alcançando 46,7% do PIB em dezembro passado. Neste mesmo ano, o rendimento médio real dos ocupados nas regiões metropolitanas foi de R\$ 1.326,00, de acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DIEESE).

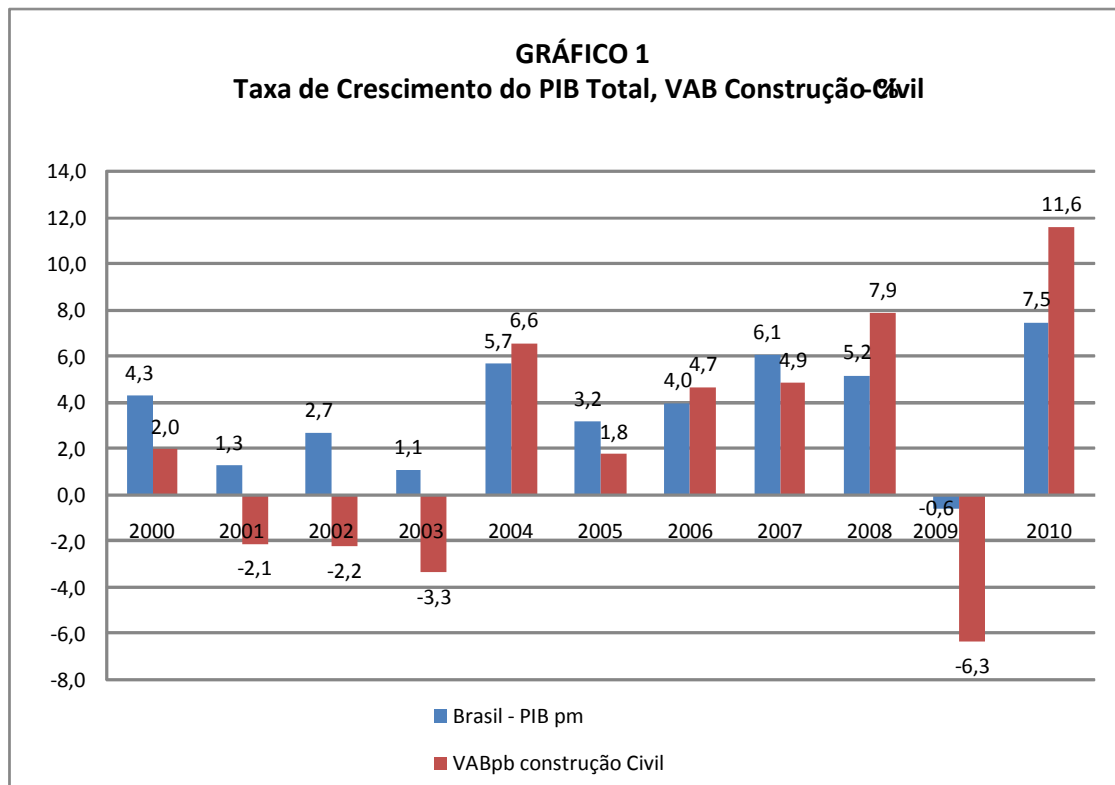
Em 2011, porém, a instabilidade conjuntural internacional, somada à desaceleração da economia brasileira, torna difícil qualquer previsão acerca do nível de atividade para os próximos meses. O consumo deve ter o ritmo reduzido devido à queda da renda real, decorrente da aceleração inflacionária, do reajuste do salário mínimo sem ganho real, de medidas de restrição ao crédito tomadas pelo governo e do aumento da taxa básica de juros.

Por sua vez, os investimentos devem manter o ritmo de crescimento, impulsionados pelos aportes relacionados à Copa do Mundo de Futebol de 2014 e pelos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Somem-se a esses dois importantes eventos a continuidade dos investimentos projetados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à confirmação, pelo Ministério da Fazenda, da terceira etapa do Programa de Sustentação do

Investimento (PSI), que irá disponibilizar recursos do BNDES no valor de R\$ 75 bilhões para que as empresas invistam em novas máquinas e equipamentos. Não há dúvidas de que grande parte dos investimentos deverá se localizar no setor de infraestrutura. Na indústria, os investimentos serão mais robustos na área de mineração, petróleo (pré-sal) e agronegócio.

Desempenho do setor da construção em 2010

O desempenho do setor de construção civil, em 2010, acompanhou a tendência nacional, com taxa de crescimento de 11,6%, o melhor desempenho dos últimos 24 anos, segundo dados do PIB setorial. Até o ano de 2003, o cenário da construção civil nacional vivenciou um período de instabilidade, caracterizado pela falta de incentivo, pela tímida disponibilidade de recursos e por uma inexpressiva presença de financiamento imobiliário. A partir de 2004, o setor começou a dar sinais de expansão, com o aumento dos investimentos em obras de infraestrutura e em unidades habitacionais, inclusive superando as taxas negativas de crescimento, em 2009, em função da crise econômica financeira internacional (Gráfico 1).



Fonte: IBGE. Banco de Dados CBIC

O Valor Adicionado Bruto (VAB) na cadeia da construção civil, nos primeiros três trimestres de 2010, obteve um crescimento de 13,6% em relação a igual período do ano anterior. Esta boa fase do setor da construção civil, especialmente nos primeiros nove meses de 2010, é resultado de um conjunto de fatores: aumento do crédito, incluindo o apoio dos bancos públicos ao setor produtivo no momento mais agudo da crise financeira de 2009, queda nas taxas de juros, obras públicas - as de infraestrutura dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), habitação, com o Programa Minha Casa, Minha Vida e a redução de impostos. O PAC 2, lançado em março de 2010, aponta investimentos da ordem de R\$ 1,59 trilhão em obras, entre 2011 e 2014, e pós-2014.

A impulsão do setor da construção pode ser observada principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, com destaque para a importância das obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, que contribuíram para o aquecimento do setor na região. Na região Nordeste, destacam-se as obras da Refinaria Abreu e Lima,

em Pernambuco, onde, recentemente, ocorreram fortes movimentos grevistas nessas obras, motivados principalmente pelas condições precárias de trabalho..

O aporte de financiamentos imobiliários em 2010, com recursos do FGTS e da poupança, foi de R\$ 83,9 bilhões. Este montante de recursos foi responsável pela contratação de aproximadamente um milhão de unidades financiadas. Os valores contratados nos financiamentos com recursos do FGTS (Habitação) tiveram, em 2010, aumento expressivo de 73%, com crescimento de 57% da quantidade de unidades adquiridas, em relação a 2009 (Tabela 1).

TABELA 1
Financiamento Imobiliário com Recursos do FGTS e da Poupança SBPE

Financiamento Imobiliário com Recursos do FGTS - Habitação			
Descrição	2009	2010	(B) / (A) - %
Quantidade de Operações	241.385	273.428	13,27
Valores Contratados - R\$	16.010.422.052	27.713.632.506	73,09
Número de Unidades	425.694	668.332	56,99

Financiamento Imobiliário com Recursos da Poupança- SBPE			
Descrição	2009	2010	(B) / (A) - %
Valores Contratados - R\$	34.017.041.162	56.197.592.018	65,20
Número de Unidades	302.680	421.386	39,21

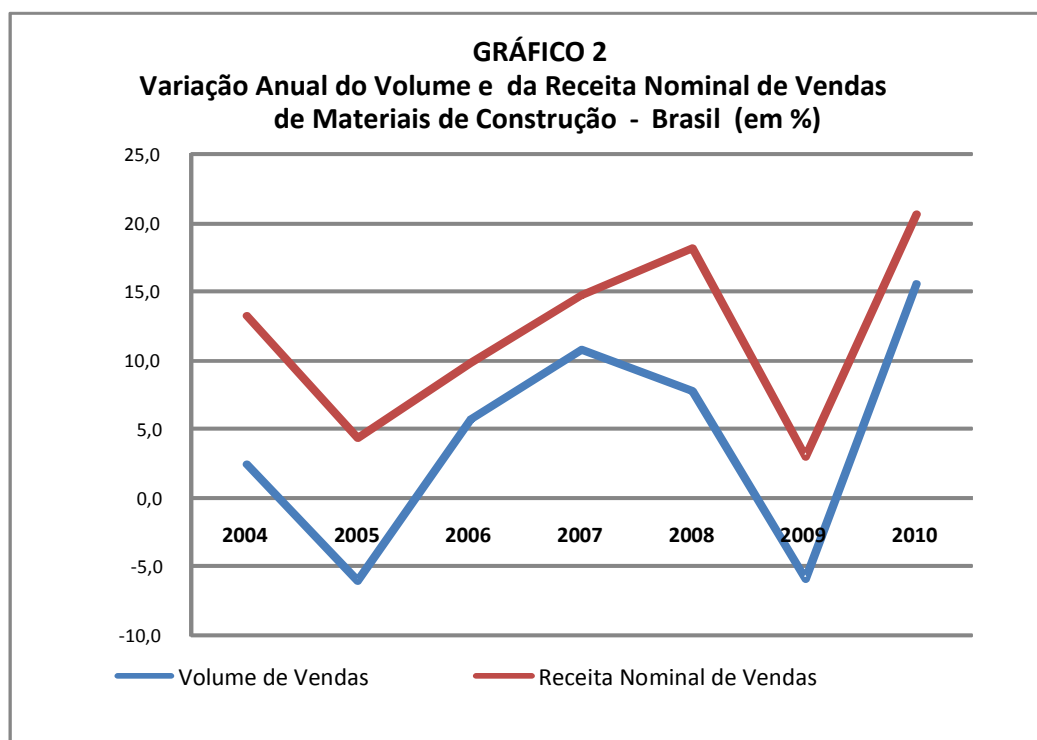
Fonte: CBIC. Posição da base 07/02/2011
Elaboração: DIEESE

O aumento dos financiamentos imobiliários por meio da Poupança SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) foi de 65% em relação ao ano anterior e o número de unidades contratadas cresceu 39%. Essa tendência verificada em 2010 de aumento expressivo de financiamentos por meio de recursos do FGTS em relação aos da Poupança SBPC ocorreu em razão de a taxa de contratação dos financiamentos crescer em velocidade superior à da captação de depósitos, o que indica a necessidade do fortalecimento de outros mecanismos de financiamentos imobiliários.

A indústria de materiais para construção tem apresentado crescimento sustentável nos últimos cinco anos. Entre 2005 a 2009, cresceu anualmente cerca de 10%, depois de um

período de estagnação de 20 anos. A partir de 2006, o governo desonerou tributos, como o IPI, aumentou o crédito, ampliou os prazos de financiamentos e avançou nos investimentos de infraestrutura.

No primeiro momento, o volume de vendas apresentou trajetória de crescimento até 2007. Depois, passou a seguir caminho inverso, com queda acentuada até 2009, consequência dos efeitos da crise mundial. No tocante à última fase, caracterizou-se pelo processo de recuperação em 2009, após as medidas de redução do IPI para estes materiais, com aumentos de aproximadamente 15%, em 2010, resultado de novas ações do governo, por meio de uma segunda redução do IPI em 41 itens, de R\$ 48,5 bilhões em recursos contratados para financiamento e de 842.605 unidades contratadas no Programa Minha Casa, Minha Vida.



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio

Quanto à variação do volume de receita nominal dos materiais de construção, a trajetória acompanhou a das vendas. Porém, esta recuperação da receita é superior ao melhor resultado para o período anterior à crise do que o volume de vendas (Gráfico 2).

O cimento, insumo básico do setor de construção, tem demonstrado tendência de crescimento nos últimos dois anos, fechando com uma expansão de 15,87% em 2010, e um consumo nacional totalizando 59.867.634 toneladas. O ritmo de expansão do consumo de cimento tem sido mais expressivo nas regiões Norte e Nordeste, registrando uma variação percentual de 28,4% e de 22,23%, respectivamente, em relação ao ano anterior, conforme dados da Tabela 2. Este aquecimento pode ser explicado, em grande medida, pela instalação de novas plantas industriais nessas duas regiões, registrando um aumento da produção de cimento em mais de 2 mil toneladas/mês em 2010 em relação ao ano anterior.

TABELA 2
Consumo Nacional de Cimento por Região – em toneladas
Brasil – 2009 e 2010

Região	2009		2010 (1)		Variação (%)
	Toneladas	%	Toneladas	%	
Norte	3.316.177	6,42	4.257.906	7,11	28,40
Nordeste	10.058.984	19,47	12.295.297	20,54	22,23
Centro-Oeste	5.016.988	9,71	5.733.205	9,58	14,28
Sudeste	24.560.878	47,53	27.679.989	46,24	12,70
Sul	8.716.823	16,87	9.901.237	16,54	13,59
Total	51.669.850	100,0	59.867.634	100,0	15,87

Fonte: SNIC - Sindicato Nacional da Indústria de Cimento

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Dados preliminares sujeitos à revisão

A expansão do setor de construção também sinaliza o aquecimento da indústria brasileira de construção pesada, com investimentos programados para a realização das obras de infraestrutura de transportes e logística, exploração do pré-sal, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Com grandes investimentos previstos para infraestrutura na área de energia, em estádios e arenas esportivas, infraestrutura e aeroportos, em mobilidade urbana, readequação viária e saneamento, o governo e os empresários do setor sinalizam os desafios a serem enfrentados por este segmento: o enfrentamento da precária capacidade de gestão dos investimentos, a gestão empresarial deficiente nos canteiros de obras, a falta de qualificação profissional dos trabalhadores e a regulamentação ambiental.

Emprego na construção

O setor da construção possuía cerca de 6,9 milhões de ocupados em 2009, 7,44% de toda a população ocupada de 92,7 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD-IBGE, realizada em setembro de cada ano.

Ainda segundo essa pesquisa, boa parte dos ocupados da construção (2.753.852 de trabalhadores) é representada pelos empregados por conta própria (39,94%) que, somados aos sem carteira de trabalho assinada (23,11%), demonstravam que o setor possuía elevado grau de informalidade. Mais de 4,3 milhões de trabalhadores não tinham nenhum tipo de vínculo empregatício com as empresas nas quais prestavam serviço e não recebiam benefícios como auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-doença acidentário (acidente de trabalho), entre outros.

TABELA 3
Número de Ocupados na Construção Civil por posição na ocupação
Brasil – 2008 e 2009

Posição na ocupação	2008	2009	Variação (%)	Participação (%)
Empregado com carteira	1.944.908	1.976.408	1,62	28,67
Empregado sem carteira	1.701.648	1.593.440	-6,36	23,11
Funcionário público estatutário	19.755	18.513	-6,29	0,27
Conta própria	2.709.138	2.753.852	1,65	39,94
Empregador	359.537	394.160	9,63	5,72
Trabalhador na construção para o próprio uso	107.060	102.956	-3,83	1,49
Não remunerado	63.892	55.372	-13,34	0,80
Total	6.905.938	6.894.701	-0,16	100,00

Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: DIEESE

Porém, quando se observa os dados da Tabela 3, constata-se que o número de ocupados com carteira de trabalho em 2009 aumentou (+1,62%) em relação a 2008, enquanto a quantidade de sem carteira apresentou redução (-6,36%).

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS 2009, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Tabela 4), demonstram que apenas 2.132.288 ocupados na construção eram trabalhadores formais¹ no final de 2009.

Os estados com maior número de empregos formais no setor foram São Paulo (566.575), Minas Gerais (274.804) e Rio de Janeiro (206.625), que juntos corresponderam a quase 50% do total, no final de 2009. Na contramão estão Amapá (3.705), Roraima (5.840) e Acre (8.974). Em vários estados, o crescimento no número de trabalhadores formais é muito significativo de um ano para outro, com destaque para Rondônia, que variou 172% de 2008 para 2009, Roraima, Acre, Alagoas e Piauí, cada localidade com aumento aproximado de 35%.

Em relação à remuneração média dos trabalhadores no setor por unidade da Federação, os dados da Tabela 5 evidenciam que a construção no Brasil paga, em média, R\$ 1.395,00, variação média real de 2,5% de um ano para outro. As menores remunerações médias são da Paraíba (R\$ 776,12), do Piauí (R\$ 839,30) e de Roraima (R\$ 873,68), enquanto Rio de Janeiro (R\$ 1.758,13), São Paulo (R\$ 1.642,22), Rondônia (R\$ 1.551,96) e Brasília (R\$ 1.530,34) possuem as maiores.

Como pode ser observado, em alguns estados, a remuneração média dos empregados no setor formal teve crescimento real significativo, como é o caso de Rondônia (39,8%), Alagoas (18,1%) e Roraima (14,2%). Também chama atenção a queda no rendimento médio nos estados do Amazonas (-11,7%) e Paraíba (-10,6%), onde a remuneração média já é a mais baixa do Brasil, e Maranhão (- 10,5%).

Provavelmente esse crescimento nesses estados pode estar ocorrendo em função de grandes obras, muitas delas implantadas por intermédio do PAC. Dessa forma, pode ter havido uma pressão maior por mão de obra nestas localidades, o que acabou por elevar as remunerações. Também contribui para esse crescimento real o aumento do salário mínimo,

1 Cabe diferenciar os dados da PNAD/IBGE, da RAIS/MTE e do Caged/MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para entendimento das informações que cada um pode fornecer. A **PNAD** é uma pesquisa amostral por domicílio, com aplicação de questionário por domicílios em todos os estados brasileiros, a partir do qual se estima várias características gerais da população, da educação, do trabalho, da remuneração, entre outras, com fechamento em setembro. A **Rais** faz levantamento anual de todos os empregados do ano-base em 31/12 e movimentação dos admitidos e desligados mês a mês, sendo incluído qualquer tipo de empregado: estatutários, celetistas, temporários, avulsos. Todas as empresas abrangidas pelo Sistema de Consolidação das Leis do Trabalho são obrigadas a informar ao Ministério do Trabalho e Emprego a movimentação dos empregados. Já o **Caged** é um levantamento mensal entre admitidos e desligados (empregados no primeiro dia do mês + admitidos - desligados = empregados no último dia do mês) e envolve apenas empregados celetistas.

que acaba tendo impacto positivo sobre os pisos salariais praticados em vários estados, tanto que, em diversas negociações salariais, têm sido garantidos reajustes reais significativos nos pisos salariais e nas remunerações dos trabalhadores, seja pelo aquecimento do setor e alta demanda por mão de obra ou pelo ganho real do salário mínimo.

TABELA 4
Estoque de empregos formais e remuneração média no
setor da construção civil por Unidade da Federação - Brasil – 2009 (31/12)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREGOS				REMUNERAÇÃO MÉDIA1 R\$ (IPCA Preço de fev/2011)		
	2008	2009	Variação Absoluta	Variação %	2008	2009	Variação %
SP	514.364	566.575	52.211	10,2	1.597,25	1.642,22	2,8
MG	259.470	274.804	15.334	5,9	1.208,43	1.285,40	6,4
RJ	182.636	206.625	23.989	13,1	1.782,74	1.758,13	-1,4
BA	95.826	124.795	28.969	30,2	1.324,38	1.381,63	4,3
PR	97.194	112.059	14.865	15,3	1.225,62	1.326,09	8,2
RS	94.721	103.066	8.345	8,8	1.180,94	1.228,32	4,0
PE	69.720	85.480	15.760	22,6	1.259,94	1.316,50	4,5
SC	75.901	76.162	261	0,3	1.203,42	1.207,27	0,3
GO	57.991	64.895	6.904	11,9	1.251,17	1.279,70	2,3
CE	45.715	58.435	12.720	27,8	860,93	897,74	4,3
DF	47.105	56.779	9.674	20,5	1.564,04	1.530,34	-2,2
ES	54.331	54.723	392	0,7	1.195,57	1.175,82	-1,7
PA	50.956	51.395	439	0,9	1.266,68	1.230,31	-2,9
MA	40.482	40.453	-29	-0,1	1.263,04	1.130,38	-10,5
RN	28.578	28.666	88	0,3	1.000,68	1.023,48	2,3
MT	27.898	27.906	8	0,0	1.186,80	1.201,48	1,2
RO	10.157	27.680	17.523	172,5	1.110,42	1.551,96	39,8
PI	19.575	26.348	6.773	34,6	861,81	839,30	-2,6
PB	29.925	25.844	-4.081	-13,6	868,43	776,12	-10,6
AM	25.373	25.450	77	0,3	1.549,74	1.368,68	-11,7
MS	24.546	22.799	-1.747	-7,1	1.090,43	1.068,76	-2,0
SE	20.997	21.658	661	3,1	1.047,49	1.059,17	1,1
AL	13.634	18.434	4.800	35,2	940,59	1.110,56	18,1
TO	13.348	12.738	-610	-4,6	1.238,47	1.258,86	1,6
AC	6.632	8.974	2.342	35,3	848,36	925,28	9,1
RR	4.264	5.840	1.576	37,0	764,72	873,68	14,2
AP	3.257	3.705	448	13,8	954,28	970,03	1,7
BRASIL	1.914.596	2.132.288	217.692	11,4	1.361,29	1.395,15	2,5

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) não constam os ignorados no cálculo da remuneração média R\$

A evolução do emprego formal na construção no Brasil mostra que as medidas de estímulo ao setor resultaram na recuperação de postos de trabalho fechados em consequência da crise. O emprego no ramo foi um dos mais afetados, mas também o que liderou a recuperação.

Entre janeiro e dezembro de 2010 foram gerados 254.178 novos empregos formais no ramo da construção, crescimento de 43,5% em relação a 2009 e o melhor saldo da série histórica, iniciada em 1996. Com esse desempenho, o setor representou quase 12% da geração total de postos de trabalho no Brasil, que chegou a 2.137 mil no ano.

TABELA 5
Saldo do emprego formal, por setor de atividade econômica
Brasil – 2007-2010

Setor de Atividade	2007	2008	2009	2010
Indústria Total	412.098	195.311	17.885	519.225
Extrativa mineral	9.762	8.671	2.036	16.343
Indústria de transformação	394.584	178.675	10.865	485.028
Serv. Ind. Util. Publ.	7.752	7.965	4.984	17.854
Construção civil	176.755	197.868	177.185	254.178
Comércio	405.091	382.218	297.157	519.613
Serviços	587.103	648.259	500.177	864.250
Adm. pública	15.252	10.316	18.075	5.627
Agropecuária⁽¹⁾	21.093	18.232	-15.369	-25.946
Ignorados	0	0	0	0
Total	1.617.392	1.452.204	995.110	2.136.947

Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui extrativa vegetal, caça e pesca

Obs.: O resultado do Caged 2010 sofreu mudanças metodológicas. Para evitar a quebra da série histórica, o cálculo do saldo deste ano não inclui as movimentações dos estabelecimentos que entregaram a declaração do Caged fora do prazo

O crescimento da admissão em algumas funções, no entanto, não significa que há saldo positivo nas contratações em todas as ocupações da construção civil. As Tabelas 6 e 7 apresentam as 10 ocupações com os melhores e piores saldos de contratações e demissões em 2010 no Brasil.

A ocupação que registra o maior saldo entre as contratações e demissões no período é a de servente de obras, com 142.896 novos postos de trabalho formais, seguida de pedreiro, com 19.872, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged),

do MTE. Entre as ocupações com melhores saldos, é interessante observar que há funções ligadas ao trabalho interno das empresas, como auxiliar de escritório e assistente administrativo.

TABELA 6
As dez ocupações que mais geraram postos de trabalho formais
Setor da Construção Civil – Brasil - 2010

OCUPAÇÕES	SALDO
Servente de obras	142.896
Pedreiro	19.872
Auxiliar de escritório, em geral	8.279
Eletricista de instalações	5.524
Pintor de obras	5.105
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	4.692
Emendador de cabos elétricos e telefônicos (aéreos e subterrâneos)	4.430
Assistente administrativo	3.644
Pedreiro de edificações	3.058
Instalador de linhas elétricas de alta e baixa tensão (rede aérea e subterrânea)	2.647

Fonte: Caged. Lei 4.923/65
Elaboração: DIEESE

Entre as ocupações com saldo negativo (mais demissões que contratações), destacam-se o aplicador de asfalto, com a eliminação de 207 ocupações e o operador de caminhão, em minas e pedreiras, com 208 postos formais eliminados.

TABELA 7
As 10 ocupações que mais reduziram postos de trabalho formais na construção civil
Brasil – 2010

OCUPAÇÕES	SALDO
Aplicador de asfalto impermeabilizante (coberturas)	-207
Operador de caminhão (minas e pedreiras)	-208
Operador de motosserra	-213
Operador de máquina perfuratriz	-220
Mecânico montador de turboalimentadores	-235
Lubrificador de veículos automotores (exceto embarcações)	-235
Carpinteiro de fôrmas para concreto	-245
Operador de telemarketing ativo	-259
Carpinteiro de obras civis de arte (pontes, túneis, barragens)	-276
Revestidor de superfícies de concreto	-282

Fonte: Caged. Lei 4.923/65
 Elaboração: DIEESE

Porém, mesmo com muitos empregos gerados, a construção civil tem como grande problema a rotatividade da mão de obra: enquanto 2,4 milhões de trabalhadores foram contratados em 2010, outros 2,2 milhões perderam o emprego. Apesar da elevação da formalização de 2009 para 2010, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do MTE, a rotatividade ainda persiste no setor. Um dos motivos é a particularidade do processo produtivo. A duração do tempo de trabalho na construção se dá por contrato temporal ou empreitada, ou seja, o contrato de trabalho desses trabalhadores se encerra assim que termina determinada fase da obra, ou, em alguns casos, os trabalhadores são transferidos para outros canteiros. O outro motivo, e o principal, é a redução dos custos para a construtora, pois a rotatividade rebaixa o salário dos trabalhadores do setor

Em relação ao saldo entre os admitidos e desligados por faixa etária em 2009 e 2010, a principal contratação ocorreu entre os jovens de até 24 anos, com 85 mil novas contratações em 2009 e cerca de 120 mil em 2010, 47% do total nos dois anos.

TABELA 8
Admitidos, desligados e saldo no setor da construção civil, por faixa etária
Brasil – 2009 e 2010

FAIXA ETÁRIA	2009			2010		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Até 24 anos	485.495	400.569	84.926	639.973	521.298	118.675
25 a 29 anos	372.663	338.142	34.521	473.368	428.612	44.756
30 a 39 anos	554.660	515.614	39.046	695.644	644.170	51.474
40 a 49 anos	348.418	328.083	20.335	423.269	393.572	29.697
50 a 64 anos	183.721	183.139	582	225.060	213.634	11.426
65 anos ou mais	5.118	7.334	-2.216	6.683	8.532	-1.849
Total	1.950.078	1.772.893	177.185	2.463.997	2.209.818	254.179

Fonte: Caged. Lei 4.923/65

Elaboração: DIEESE

Obs.: O valor dos ignorados consta no total

Analisando o saldo das admissões e demissões de 2009 e 2010 por grau de instrução, observa-se que cerca de 40% das vagas foram ocupadas por trabalhadores com ensino médio completo: foram 102 mil novas contratações em 2010. É quase o mesmo número de novas ocupações de trabalhadores com até o ensino fundamental completo: 107 mil. Esse dado reforça a busca das empresas por trabalhadores mais qualificados.

TABELA 9
Admitidos, desligados e saldo no setor da construção civil, por grau de instrução
Brasil – 2009 e 2010

GRAU DE INSTRUÇÃO	2009			2010		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Analfabeto	21.539	19.462	2.077	25.797	23.598	2.199
Fund Incompleto	814.681	767.100	47.581	956.011	900.856	55.155
Fund completo	436.179	407.226	28.953	539.661	489.611	50.050
Médio incompleto	169.680	149.917	19.763	227.658	199.197	28.461
Médio completo	452.707	384.457	68.250	643.128	540.849	102.279
Superior incompleto	19.985	15.976	4.009	25.417	20.501	4.916
Superior completo	35.307	28.755	6.552	46.325	35.207	11.118
Total	1.950.078	1.772.893	177.185	2.463.997	2.209.819	254.178

Fonte: CAGED Lei 4.923/65

Elaboração: NPI/DIEESE

Quando analisados os dados relativos às contratações e demissões de trabalhadores por faixa de remuneração, por salário mínimo, observa-se que elas ocorrem principalmente entre aqueles quem recebem os menores salários. Tanto em 2009 como em 2010, o saldo das contratações até 2 salários mínimos foi superior ao total do ano, em função do saldo negativo em contratações para remunerações acima deste patamar, reforçando que, apesar da exigência de maior escolaridade, o rendimento no setor ainda continua muito baixo, mesmo em período positivo e com grande demanda por mão de obra.

TABELA 10
Admitidos, desligados e saldo no setor da
construção civil, por faixa de salário mínimo
Brasil – 2009 e 2010

FAIXA DE REMUNERAÇÃO	2009			2010		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Ate 0,5 salario minimo	6.500	4.761	1.739	8.842	7.852	990
De 0,51 a 1,0 salario minimo	152.229	118.779	33.450	183.272	131.077	52.195
De 1,01 a 1,5 salarios minimos	789.795	648.735	141.060	1.056.363	860.008	196.355
De 1,51 a 2,0 salarios minimos	608.122	553.589	54.533	766.270	690.199	76.071
De 2,01 a 3,0 salarios minimos	246.819	271.817	-24.998	284.863	315.205	-30.342
De 3,01 a 4,0 salarios minimos	69.075	80.864	-11.789	81.350	99.212	-17.862
De 4,01 a 5,0 salarios minimos	26.805	32.934	-6.129	29.288	37.557	-8.269
De 5,01 a 7,0 salarios minimos	20.909	26.942	-6.033	23.509	31.821	-8.312
De 7,01 a 10,0 salarios minimos	13.393	16.090	-2.697	14.980	17.950	-2.970
De 10,01 a 15,0 salarios minimos	5.691	7.415	-1.724	6.501	8.412	-1.911
De 15,01 a 20,0 salarios minimos	2.037	2.443	-406	2.258	2.637	-379
Mais de 20 salarios minimos	1.792	2.246	-454	1.971	2.301	-330
Ignorado	6.911	6.278	633	4.530	5.588	-1.058
Total	1.950.078	1.772.893	177.185	2.463.997	2.209.819	254.178

Fonte: Caged. Lei 4.923/65
 Elaboração: DIEESE

Observa-se também que os rendimentos médios dos admitidos, por escolaridade, têm crescido lentamente. De 2009 para 2010, tiveram 3,31% de aumento real, considerando que a construção é um setor com alta demanda de mão de obra e grandes investimentos. Entre os admitidos com ensino médio completo, que pertencem à faixa de maior contratação nos últimos anos, o salário médio passou de R\$ 956,38, em 2009, para R\$ 969,00, em 2010, crescimento real de apenas 1,32%. TABELA 11

TABELA 11
Salário médio real¹ de admissão e desligamento
segundo escolaridade no setor da construção civil (em R\$)
Brasil – 2009 e 2010

Escolaridade	2009		2010	
	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados
Analfabeto	658,03	697,38	678,14	727,58
Fundamental incompleto	752,60	821,59	776,54	850,74
Fundamental completo	808,84	873,15	829,92	902,44
Médio incompleto	793,68	868,75	813,86	893,04
Médio completo	956,38	1.058,82	969,00	1.074,43
Superior incompleto	1.272,22	1.426,27	1.274,35	1.427,72
Superior completo (2)	3.279,54	3.583,16	3.370,19	3.583,85
Total	866,09	937,74	894,78	968,33

Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) A preços do IPCA-IBGE médio de 2010

2) Inclui mestrado e doutorado

Reajustes e pisos salariais da construção e mobiliário

Nesta seção, serão analisados os resultados das negociações coletivas de reajustes e pisos salariais dos trabalhadores no setor da construção e mobiliário em 2010.

Foram consideradas na análise 57 informações de pisos e reajustes salariais registrados no Sistema de Acompanhamento de Salários do DIEESE (SAS-DIEESE) para os diversos segmentos da categoria da construção e mobiliário. A distribuição dos instrumentos normativos analisados, segundo o ramo de atividade econômica, pode ser observada na Tabela 12, a seguir.

TABELA 12
Distribuição das unidades de negociação da construção
e mobiliário, por ramos de atividade econômica
Brasil - 2010

Ramo	nº	%
Construção e Mobiliário ⁽¹⁾	9	15,8
Cimento, Cal e Gesso	4	7,0
Construção Civil	26	45,6
Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem	9	15,8
Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias	1	1,8
Mármore e Granito	4	7,0
Olaria	4	7,0
Total	57	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Referente a negociações que envolvem todo o setor, sem distinção de ramo

Reajustes salariais

Em 2010, todos os reajustes da construção e mobiliário registrados no SAS-DIEESE resultaram em ganhos reais para os salários. Esse resultado é equivalente ao observado em 2008, considerando sempre as mesmas unidades de negociação², e melhor que o de 2009, quando duas negociações apresentaram reajustes abaixo do INPC-IBGE e duas em valor igual.

Outro dado chama a atenção para os resultados das negociações em 2010. Nesse ano, os aumentos reais conquistados pelas negociações do setor foram, em geral, superiores aos obtidos pelas mesmas negociações nos dois anos anteriores. Em 2010, cerca de um quarto das negociações analisadas conquistaram reajustes com aumentos reais acima de 4%. Em 2008, apenas 4% das negociações alcançaram tal êxito, e em 2009, nenhuma negociação (Tabela 13).

² Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e de empregadores, que pretende resultar em documento(s) formalizado(s) entre as partes para regulamentação das condições de remuneração e de trabalho.

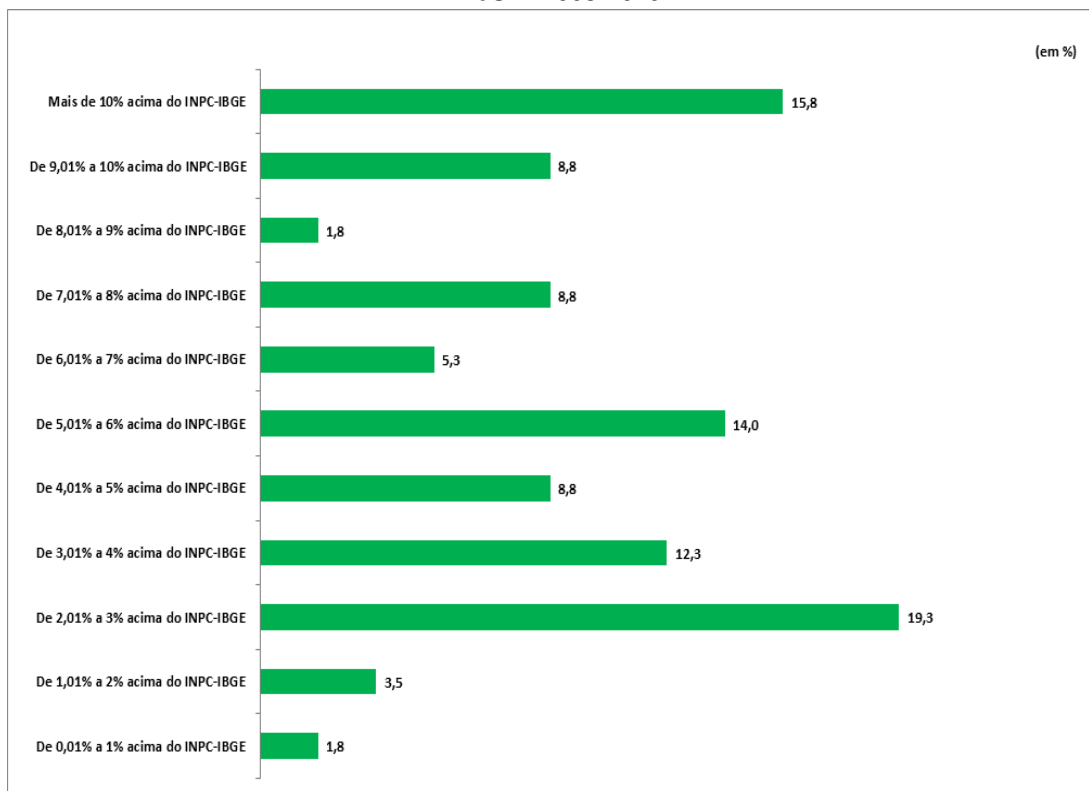
TABELA 13
Distribuição dos reajustes salariais de negociações
da construção e mobiliário, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008-2010

Variação	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	57	100,0	53	93,0	57	100,0
Mais de 5% acima	-	-	-	-	5	8,8
De 4,01% a 5% acima	2	3,5	-	-	9	15,8
De 3,01% a 4% acima	5	8,8	3	5,3	5	8,8
De 2,01% a 3% acima	13	22,8	17	29,8	15	26,3
De 1,01% a 2% acima	22	38,6	10	17,5	16	28,1
De 0,51% a 1% acima	5	8,8	14	24,6	3	5,3
De 0,01% a 0,5% acima	10	17,5	9	15,8	4	7,0
Igual ao INPC-IBGE	-	-	2	3,5	-	-
De 0,01% a 0,5% abaixo	-	-	2	3,5	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	-	-	2	3,5	-	-
Total	57	100,0	57	100,0	57	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

No acumulado dos últimos três anos, todas as negociações apresentaram aumentos reais nos salários. As faixas de ganho real com maior concentração de reajustes foram as de 2,01% a 3% de aumento real (19% dos reajustes); acima de 10% de aumento real (16% dos reajustes); e de 5,01% a 6% de aumento real (14% dos reajustes) - Gráfico 3.

GRÁFICO 3
Distribuição dos reajustes salariais acumulados de três datas-base de negociações da construção e mobiliário, em comparação com o INPC-IBGE acumulado no período Brasil - 2008-2010



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Pisos salariais

Quanto ao resultado das negociações dos pisos salariais em 2010, nota-se um quadro igualmente positivo para os trabalhadores no setor da construção e mobiliário. Dos 57 pisos salariais registrados no SAS-DIEESE³, apenas um foi reajustado em valor igual à variação do INPC-IBGE desde a última data-base. Os demais foram reajustados em percentuais superiores, incorporando assim ganhos reais ao piso salarial.

Segundo a magnitude dos aumentos reais, cerca de 40% dos pisos registrados em 2010 obtiveram ganhos de até 4% acima do INPC-IBGE e 60% de até 5%. Também chama a

³ Para a análise dos pisos salariais dos trabalhadores em construção e mobiliário foi considerado em cada uma das 57 negociações o menor piso definido para os trabalhadores alocados nas atividades consideradas fins nas empresas.

atenção a quantidade de pisos com aumentos reais acima de 8%, correspondente a cerca de 20% do total analisado (Tabela 14).

TABELA 14
Distribuição dos reajustes dos pisos salariais de negociações da
construção e mobiliário, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2010

Variação	2010	
	nº	%
Acima do INPC-IBGE	56	98,2
Mais de 8% acima	11	19,3
De 7,01% a 8% acima	1	1,8
De 6,01% a 7% acima	3	5,3
De 5,01% a 6% acima	7	12,3
De 4,01% a 5% acima	11	19,3
De 3,01% a 4% acima	10	17,5
De 2,01% a 3% acima	10	17,5
De 1,01% a 2% acima	3	5,3
De 0,01% a 1% acima	-	-
Igual ao INPC-IBGE	1	1,8
Abaixo do INPC-IBGE	-	-
Total	57	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram consideradas somente as negociações que definiram os mesmos critérios de diferenciação dos pisos salariais em 2008 e 2009

Quanto aos valores dos pisos salariais ajustados em 2010, cerca de um quarto se situava nas faixas de até R\$ 550,00 e metade até R\$ 600,00. Também se observa que cerca de 20% dos pisos acordados no ano passado valiam entre R\$ 600,01 e R\$ 650,00, e 16%, acima de R\$ 800,00 (Tabela 15).

TABELA 15
Distribuição dos pisos salariais por faixas de valor nominal
(R\$) em unidades de negociação da construção e mobiliário
Brasil - 2010

Valor do piso salarial	nº	%	% acumulado
Até R\$ 525,00	9	15,8	15,8
De R\$ 525,01 até R\$ 550,00	5	8,8	24,6
De R\$ 550,01 até R\$ 575,00	10	17,5	42,1
De R\$ 575,01 até R\$ 600,00	4	7,0	49,1
De R\$ 600,01 até R\$ 650,00	11	19,3	68,4
De R\$ 650,01 até R\$ 700,00	2	3,5	71,9
De R\$ 700,01 até R\$ 750,00	5	8,8	80,7
De R\$ 750,01 até R\$ 800,00	2	3,5	84,2
Acima de R\$ 800,00	9	15,8	100,0
Total	57	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários
 Obs.: Para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas

O valor médio dos pisos salariais ajustados em 2010 foi de R\$ 634,00. Nas regiões Sul e Sudeste e no Estado de Rondônia foram observados pisos superiores a esse valor. O maior piso salarial registrado no SAS-DIEESE (R\$ 886,00) corresponde a uma negociação da construção e mobiliário do Estado de São Paulo. Já o menor piso salarial ficou em R\$ 510,00, o mesmo valor do salário mínimo nacional, e foi observado em negociação dos trabalhadores da construção civil de Sergipe (Tabela 16).

TABELA 16
Média, menor e maior piso salarial em unidades de negociação da
construção e mobiliário, por região geográfica e unidade da federação
Brasil - 2010

Região / UF	Menor piso	Maior Piso	Valor médio	Número de pisos
NORTE	R\$ 570,00	R\$ 670,00	R\$ 608,77	5
Amazonas ⁽¹⁾	R\$ 618,13	R\$ 618,13	R\$ 618,13	1
Pará	R\$ 570,00	R\$ 615,70	R\$ 585,23	3
Rondônia ⁽¹⁾	R\$ 670,00	R\$ 670,00	R\$ 670,00	1
NORDESTE	R\$ 510,00	R\$ 607,20	R\$ 543,33	9
Bahia	R\$ 520,67	R\$ 573,27	R\$ 542,56	5
Ceará ⁽¹⁾	R\$ 525,00	R\$ 525,00	R\$ 525,00	1
Paraíba ⁽¹⁾	R\$ 535,00	R\$ 535,00	R\$ 535,00	1
Pernambuco ⁽¹⁾	R\$ 607,20	R\$ 607,20	R\$ 607,20	1
Sergipe ⁽¹⁾	R\$ 510,00	R\$ 510,00	R\$ 510,00	1
CENTRO-OESTE	R\$ 515,00	R\$ 550,00	R\$ 529,03	5
Distrito Federal ⁽¹⁾	R\$ 541,73	R\$ 541,73	R\$ 541,73	1
Goiás	R\$ 519,20	R\$ 550,00	R\$ 529,47	3
Mato Grosso do Sul ⁽¹⁾	R\$ 515,00	R\$ 541,73	R\$ 541,73	1
SUDESTE	R\$ 522,50	R\$ 886,00	R\$ 686,88	27
Espírito Santo	R\$ 550,40	R\$ 564,40	R\$ 557,40	2
Minas Gerais	R\$ 522,50	R\$ 605,00	R\$ 567,12	9
Rio de Janeiro	R\$ 581,88	R\$ 792,00	R\$ 667,70	5
São Paulo	R\$ 708,07	R\$ 886,00	R\$ 817,12	11
SUL	R\$ 511,50	R\$ 719,40	R\$ 637,57	11
Paraná	R\$ 605,00	R\$ 719,40	R\$ 689,70	4
Rio Grande do Sul	R\$ 511,50	R\$ 665,00	R\$ 599,38	4
Santa Catarina	R\$ 587,00	R\$ 650,00	R\$ 619,00	3
TOTAL	R\$ 510,00	R\$ 886,00	R\$ 634,00	57

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Unidades da Federação com apenas um piso salarial registrado em 2010

Obs.: Para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas

Investimentos e programas

A estabilização da economia, o acesso ao crédito e o crescimento da renda no Brasil foram importantes para o bom desempenho do setor da construção em 2010. A previsão de aumento do financiamento, tanto para a área habitacional como para grandes projetos, faz com que os empresários do setor estimem crescimento de 8,5% em 2011, acima do previsto para o PIB deste ano, que está em torno de 4,5%. Além disso, muitas atividades que estão recebendo investimentos, sejam públicos ou privados, influenciam diretamente a

cadeia da construção, como a ampliação e a construção de novas fábricas, shopping/centros de compras, construção/reforma de postos de saúde, escolas, entre outras.

O lançamento do PAC 1 no início de 2007 previu investimentos de R\$ 657,4 bilhões de 2007 a 2010, mas a retomada do crescimento da construção começou em 2006, após a adoção e ampliação de diversas medidas para combater o efeito da crise, já citadas anteriormente.

Em 09/12/2010, o governo divulgou o balanço de quatro anos do programa, atualizando os relatórios de investimentos, nos quais concluía que, ao fim de dezembro de 2010, o PAC deveria ter R\$ 444 bilhões em ações finalizadas (68% do investimento total). Em termos de execução financeira, o programa atingia R\$ 619 bilhões (94% do investimento total) ao incluir recursos empenhados e que constituirão restos a pagar, que ficarão para anos vindouros. A diferença entre a execução financeira e as ações concluídas são os investimentos empenhados, que somam R\$ 175 bilhões (27%), mas os dados sobre o ritmo de execução física das obras não estavam claros. O Financiamento Habitacional para Pessoa Física apareceu com uma participação significativa: R\$ 216,9 bilhões, ou seja, 33% do investimento total do PAC.

PAC 2⁴

Lançado em 29 março de 2010, a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) tem previsão de investimentos de R\$ 955 bilhões para o período de 2011 a 2014 e R\$ 631,6 bilhões após esse intervalo de tempo, totalizando R\$ 1,59 trilhão. Para o setor de energia está prevista a maior parte dos recursos: R\$ 1,09 trilhão a partir de 2011, dos quais R\$ 461,6 bilhões serão investidos até 2014, e R\$ 626,9 bilhões após 2014. Os recursos serão investidos na geração e transmissão de energia, exploração e produção de petróleo e gás, investimentos em combustíveis renováveis, pesquisa mineral, produção de fertilizantes - para reduzir a dependência dos insumos importados -, entre outros.

Estão previstos ainda R\$ 278,2 bilhões para o Programa Minha Casa, Minha Vida e R\$ 109 bilhões para a área de transportes, com expansão das rodovias, dos aeroportos, da malha ferroviária, de portos e hidrovias. O Programa Cidade Melhor prevê investimentos

⁴ <http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/>

de R\$ 57,1 bilhões em obras de saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação; R\$ 30,6 bilhões para o Programa Água e Luz para Todos, com obras de acesso à energia elétrica e água em áreas urbanas e recursos hídricos e; R\$ 23 bilhões irão para Programa Comunidade Cidadã, que inclui obras de pronto atendimento e unidades básicas de saúde, creches, pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, praças e postos de polícia comunitária.

TABELA 17
Previsão Inicial de Investimentos

Eixos	Investimentos		R\$ bilhões
	2011-2014	Pós 2014	Total
PAC Cidade Melhor	57,1	-	57,1
PAC Comunidade Cidadã	23,0	-	23,0
PAC Habitação	278,2	-	278,2
PAC Água e Luz para Todos	30,6	-	30,6
PAC Transportes	104,5	4,5	109,0
PAC Energia	461,6	626,9	1.088,5
Total	955,0	631,4	1.586,4

Fonte: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
Elaboração: DIEESE

Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV

Em março de 2009 foi lançado o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV (Lei 11.977/2009, alterada pelo MP 510/2010⁵), com o desafio de enfrentar o déficit habitacional para famílias de baixa renda e a crise econômica que se instalava em várias partes do mundo e chegava também ao Brasil. O programa definiu recursos prevendo a construção de cerca de um milhão de moradias em 2009 e 2010 e investimentos de R\$ 34 bilhões, dos quais R\$ 25,5 bilhões oriundos da União, R\$ 7,5 bilhões, do FGTS, e R\$ 1 bilhão, do BNDES.

A segunda etapa prevê diretrizes e metas físicas mais definidas e pretende dar um caráter mais perene ao programa, segundo técnicos do Ministério das Cidades.

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/510.htm

A proposta compreende dois programas: Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, para famílias residentes em área urbana com renda de até 10 salários mínimos, e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, destinados às famílias de agricultores familiares e trabalhador rural não eventual. O PNHU beneficia três faixas de rendimento; de 0 a 3 salários mínimos, de 3 a 6 SM e de 6 a 10 SM, e para cada uma delas será praticado juros específicos, diferenciados entre as faixas, subsidiando mais as faixas menores.

Nos dois primeiros anos do programa foram contratados mais de um milhão de unidades, o que revela resultados muito positivos em unidades e valores contratados. As famílias com rendimento de até 3 (três) salários mínimos foram responsáveis por 65% das unidades e 45% dos valores contratados.

TABELA 18
Unidades contratadas por pessoas físicas e jurídicas
Brasil - 2009 e 2010

		2009	2010	Acumulado	Variação (%)
TOTAL	Unidades contratadas	275.528	842.605	1.118.133	205,81
	Valor contratado (bilhões de R\$)	17.105,00	48.518	65.623	183,65
Famílias de 0 a 3 SM	Unidades contratadas	166.172	460.097	626.269	176,88
	Valor contratado (bilhões de R\$)	7.775,00	20.833,00	28.608,00	167,95
Famílias de 3 a 6 SM	Unidades contratadas	85.420	272.420	357.840	218,92
	Valor contratado (bilhões de R\$)	6.771,00	19.445,00	26.216,00	187,18
Famílias de 6 a 10 SM	Unidades contratadas	23.936	110.088	134.024	359,93
	Valor contratado (bilhões de R\$)	2.559,00	8.240,00	10.799,00	222,00

Fonte: Caixa - <https://i3gov.planejamento.gov.br/>
Elaboração: DIEESE

Para a nova etapa do PAC Minha Casa Minha Vida⁶, que vai de 2011 a 2014, a previsão preliminar de investimentos está na ordem de R\$ 278,2 bilhões, divididos em três eixos: o Programa Minha Casa, Minha Vida (produção habitacional para famílias de baixa renda), com previsão de investimentos da ordem de R\$ 71,7 bi; o financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE (construção, aquisição de imóveis

⁶ <http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-2>.

novos e usados e reforma de unidades habitacionais), com previsão de R\$ 176 bilhões em investimentos e; a Urbanização de Assentamentos Precários (melhorias habitacionais – água, esgoto, drenagem, transformação de favelas em bairros populares, entre outras), com previsão de R\$ 30 bilhões.

Para o eixo da construção para famílias de baixa renda, a meta será a de construir dois milhões de moradias, a maioria – 60% – para famílias com renda de até R\$ 1.395; 30% para as com renda de R\$ 1.395 até R\$ 2.790 e; 10% para as com renda de R\$ 2,790 até R\$ 4.650.

Copa do Mundo de 2014

A realização da Copa do Mundo no Brasil trará importantes melhorias para a população, sobretudo nas cidades-sede dos jogos, não somente nos estádios de futebol, mas também nos aeroportos, portos, rede hoteleira e transportes públicos, que serão preparados para operar com maior eficiência e rapidez. Pelo menos essa é a expectativa gerada em torno deste grande evento internacional e dos investimentos previstos para propiciar a realização dele.

Para o Brasil receber a Copa do Mundo de Futebol em 2014, será necessária a realização de obras e empreendimentos nas cidades que sediarão os jogos, com o objetivo de melhorar aspectos relacionados, entre outros, à mobilidade urbana e às instalações de estádios e arenas esportivas. As ações serão desenvolvidas por meio de parceria entre os governos federal, estaduais e municipais e envolverão também clubes de futebol.

Já estão previstos mais de R\$ 17 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 11,4 bilhões serão destinados para mobilidade urbana e R\$ 5,7 bilhões para os estádios. Os valores e projetos apresentados na Tabela 19 foram retirados do site Portal da Transparência, baseados na Matriz de Responsabilidades, e são atualizados periodicamente mediante inclusão de novas ações.

Quadro Resumo
Matriz de Responsabilidades – Recursos envolvidos por capital-sede

Investimentos	Financiamentos (R\$ milhões)			Investimentos (R\$ milhões)				Total (R\$ milhões)
	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Federal (Financiamento BNDES)	Governo Federal (Financiamento BNB)	Governo Federal	Governo Estadual	Governo Municipal	Outros	
Belo Horizonte – MG	1.023,30	400,00	0,00	408,60	29,60	498,70	254,50	2.614,70
	1.023,25	0,00	0,00	3,66	29,60	442,68	254,50	1.753,69
	29,08	0,00	0,00	2,92	29,80	0,00	0,00	61,80
Brasília – DF	361,00	400,00	0,00	748,40	348,30	0,00	0,00	1.857,70
	0,00	0,00	0,00	9,31	676,52	0,00	0,00	685,83
	0,00	0,00	0,00	1,82	30,97	0,00	0,00	32,79
Cuiabá – MT	454,70	330,00	0,00	87,50	150,70	0,00	0,00	1.022,90
	454,69	392,95	0,00	0,00	166,78	0,00	0,00	1.014,42
	0,00	0,00	0,00	0,00	70,48	0,00	0,00	70,48
Curitiba – PR	440,60	25,00	0,00	72,80	0,00	52,00	113,00	703,40
	440,60	0,00	0,00	1,40	0,00	6,56	0,00	448,56
	0,00	0,00	0,00	0,74	0,00	5,46	0,00	6,20
Fortaleza – CE	414,40	400,00	0,00	385,40	320,30	50,30	0,00	1.570,40
	203,20	351,54	0,00	5,45	135,02	0,00	0,00	695,21
	0,00	0,00	0,00	1,74	10,62	0,00	0,00	12,36
Manaus – AM	800,00	375,00	0,00	416,80	846,90	30,00	0,00	2.468,70
	0,00	400,40	0,00	1,54	148,28	0,00	0,00	550,22
	0,00	5,16	0,00	0,54	35,73	0,00	0,00	41,43
Natal – RN	361,00	250,50	0,00	630,60	119,20	30,40	0,00	1.391,70
	0,00	0,00	0,00	64,84	13,00	0,00	0,00	77,84
	0,00	0,00	0,00	40,61	13,00	0,00	0,00	53,61
Porto Alegre – RS	456,20	0,00	0,00	345,80	0,00	36,50	130,00	968,50
	426,78	0,00	0,00	1,80	0,00	0,00	0,00	428,58
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recife – PE	589,00	456,10	0,00	41,60	173,20	23,30	0,00	1.283,20
	0,00	400,00	0,00	1,02	134,64	0,00	0,00	535,66
	0,00	0,00	0,00	0,15	0,00	0,00	0,00	0,15
Rio de Janeiro – RJ	0,00	1.590,00	0,00	1.001,30	200,00	420,00	0,00	3.211,30
	0,00	1.371,29	0,00	105,30	0,00	403,28	105,91	1.985,78
	0,00	17,15	0,00	59,98	0,00	0,00	12,59	89,72
Salvador – BA	541,80	400,00	0,00	81,10	217,60	0,00	0,00	1.240,50
	541,79	323,62	250,00	0,36	223,10	0,00	0,00	1.338,87
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Paulo – SP	1.082,00	400,00	0,00	2.081,30	1.476,00	302,00	0,00	5.341,30
	1.082,00	0,00	0,00	106,63	0,00	0,00	0,00	1.188,63
	0,00	0,00	0,00	29,35	0,00	0,00	0,00	29,35
Outros Investimentos	0,00	0,00	0,00	72,98	0,00	0,00	0,00	72,98
	0,00	0,00	0,00	17,92	0,00	0,00	0,00	17,92
Total	6.524,00	5.026,60	0,00	6.301,20	3.881,80	1.443,20	497,50	23.674,30
	4.172,31	3.239,80	250,00	374,29	1.526,94	852,52	360,41	10.776,27
	29,08	22,31	0,00	155,77	190,60	5,46	12,59	415,81

Matriz de Responsabilidades
Contratado
Executado

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/matriz/>

A negociação nacional da construção civil

Apesar do crescimento apresentado e dos grandes investimentos no setor, a série recente de greves deflagradas nas obras do PAC e, mais especificamente, os episódios ocorridos na hidrelétrica de Jirau mostram que ainda persistem as precárias relações de trabalho na construção civil. Segundo informações do Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE (SAG/DIEESE), a principal reivindicação dos mais de 160 mil operários da construção que cruzaram os braços no país, ao longo de março de 2011, são as condições degradantes de trabalho. As reclamações dos trabalhadores vão desde as excessivas jornadas de trabalho até a falta de condições de higiene nos canteiros de obra.

Mesmo não sendo o foco deste trabalho, não poderia ficar sem registro outro problema sério nas condições de trabalho do setor. Enquanto para o conjunto dos trabalhadores do Brasil ocorre uma morte para cada 37.941 trabalhadores, na construção, acontece uma morte para cada 17.365 trabalhadores. As informações constam no Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho de 2009, do Ministério da Previdência Social (último dado disponível).

Devido às precárias condições de trabalho no setor, foi constituída recentemente uma Comissão Tripartite Nacional, composta por representantes do governo federal, centrais sindicais e entidades patronais do setor da construção, criada com o objetivo de acompanhar as condições de trabalho nas grandes obras. Esta ação pode ser considerada um grande passo para melhoria das relações de trabalho no setor. Ainda que a comissão tenha sido constituída recentemente, somente a partir dos problemas revelados pelas greves em Jirau e nas grandes obras do PAC é que houve avanços em vários pontos até o fechamento deste Estudo (última reunião foi em 14 de abril de 2011). Até então, foram discutidos e negociados a representação sindical em cada obra, a contratação direta e a qualificação profissional dos trabalhadores.

Além disso, ficou decidida a criação de uma comissão técnica formada por seis representantes das centrais sindicais, seis representantes das empreiteiras, representantes do governo, com acompanhamento do DIEESE, para elaborar uma proposta de um Marco Regulatório. Este documento teria por objetivo definir, propor ações e compromissos

pactuados entre empresários e trabalhadores, visando à garantia de condições de trabalho adequadas às especificidades do setor da construção civil e pesada e das grandes obras.

Conclusão

É visível nos anos recentes o movimento que há no setor da construção no país. Em qualquer cidade que se vá, é possível enxergar a força do setor. O crescimento tem sido notório. Os investimentos previstos para os próximos anos, pelo menos até 2016, com a realização das Olimpíadas, também acenam com possibilidades de continuidade da expansão do crescimento e, conseqüentemente, do emprego. Não há dúvida da importância do setor da construção para o país, principalmente devido ao efeito multiplicador.

Entretanto, o bom desempenho obtido nos últimos anos se refletiu pouco na melhora das condições de trabalho e no rendimento dos trabalhadores. Mesmo com o movimento de formalização, ocorrido em 2010, e as conquistas nas negociações coletivas, o setor ainda apresenta altos índices de informalidade e de rotatividade, como relatado neste texto. As condições de saúde e segurança no trabalho também não têm apresentado grandes avanços, com alta ocorrência de acidentes de trabalho. Além disso, os trabalhadores ainda são submetidos, muitas vezes, a condições muito precárias, o que motivou as últimas greves da categoria.

Diante disso, é preciso avançar na melhoria das condições e relações de trabalho existentes no setor. O espaço das negociações coletivas é o ambiente ideal, não somente na manutenção do que já foi conquistado, mas também na conquista diária de uma vida digna para os trabalhadores e suas famílias, garantindo os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade e a extensão da proteção social.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente: Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP
Vice-presidente: Tadeu Moraes de Sousa
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP
Secretário: Pedro Celso Rosa
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR
Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP
Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP
Diretor Executivo: Ana Tércia Sanches
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo: Antônio de Sousa
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP
Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA
Diretor Executivo: José Carlos Souza
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP
Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva
Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP
Diretor Executivo: Maria das Graças de Oliveira
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas
Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação
Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Alessandra de Moura Cadamuro
Ana Georgina da Silva Dias
Cátia Uehara
Fernando Adura Martins
Karla Cristina da Costa Braz
Lilian Arruda Marques
Luís Augusto Ribeiro da Costa
Cristiane Garrido
Viviam Catarina de Oliveira